



A questão das fronteiras islâmicas e seus impactos econômicos no território africano

Joelton Carneiro Lima¹ • Agosto de 2014

Resumo:

As crescentes demandas por estudos em África apontam para a necessidade de ampliação no entendimento da questão sobre a ocupação deste continente. A relação existente entre ocupação e ampliação dos espaços pela religião, e os aspectos de permeabilidade econômica das fronteiras, suscitam um valioso debate.

Palavras-chave: África – Islã – fronteiras - economia - religião.

Abstract:

The increasing demands for studies in Africa point to the need to expand the understanding of the question of the occupation of this continent. The existing relationship between occupation and increase opportunities for religion, and economic aspects of porous borders, promote a worthy debate.

Key words: Africa - Islam - boundaries - Economy - Religion

¹ Possui graduação em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2004). , atuando principalmente no seguinte tema: educação / geografia física/Relações Internacionais/Educação. Com trabalhos em diversas vertentes de pesquisa, Joelton Carneiro de Lima atualmente cursa Mestrado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Neste momento, atua como professor pelo Instituto Metodista Izabela Hendrix e desenvolve trabalho junto a Secretaria de Estado da Educação.

A questão do islamismo e sua expansão pelos continentes Africano e sul americano, em detrimento a interligação econômica dos mesmos durante os diferentes processos de colonização é o que propõe-se. Objetiva ainda, discutir a importante questão conceitual das fronteiras, conceito pouco discutido tanto nas Ciências Humanas, quanto nas Ciências Sociais. Para tanto, partiremos como foco de análise a islamização e seus processos.

Discutir-se-á também, os fatores determinantes da expansão da fé muçulmana, e como a fluidez das fronteiras possibilitou a chegada às Américas das crenças islâmicas, e ainda, como o reordenamento comercial triangular sempre via África pela exploração econômica da mão de obra servil, possibilitou a dinamização econômica de três continentes ao longo de um milênio é ainda um dos objetivos deste.

A integridade territorial do chamado povo islâmico dentro deste contexto dá-se somente pela palavra “Islã”, salvo algumas práticas e fazeres doutrinários os povos muçulmanos em África e suas características religiosas são tão múltiplos e diversos quanto diferentes são as práticas dentro da cultura Islâmica. Deve-se tudo isso ao contato comercial de povos árabes que chegaram a esse continente poucos anos após a morte do profeta Maomé -8 de junho de 632 d.C. Salvo algumas práticas que mantém a coesão religiosa e sua coerência com os preceitos do profeta (cada um segundo sua ilustração), até esse período não se

verificam nem similaridade de forma ou processo entre o Islã asiático, africano ou americano. A cada movimento contínuo de expansão seja rumo sul, sudeste ou transcontinental e também (porque não) nas mudanças abruptas de direção, o produto do contato com a nova cultura, seu efetivo resultado dinâmico, não é igual dada a diferença na aplicabilidade da fórmula de conversão.

A expansão mercantil religiosa

O continente africano está tão intrinsecamente ligado ao fazer muçulmano e a sua expansão, que seria dispendioso falar das raízes culturais desse espaço sem ressaltar a chegada marcante do povo árabe. O próprio nome “África” é apresentado como uma evolução (arábica) do termo Ifrikiya, onde Ifri significa rochedo ou gruta, nome dado a região da chegada expansionista dos primeiros comerciantes árabes, ainda no século XII logo após a morte do profeta (LACOSTE, 2006 p. 304). Nessa região onde hoje está localizada a Tunísia, a chegada do Corão deu-se muito mais pela palavra, penetração cultural por práticas mercantis, que pela força da espada. Especialistas na questão dissociam a prática de ocupação no espaço tunisiano do egípcio, exatamente pelo caráter financeiro onde prevaleceu no primeiro a força da persuasão enquanto no segundo predominou em larga escala a presença da espada (DEMANET, 2004 p. 141).

Muitos são os autores que ressaltam episódios em que a ufânia religiosa exacerbada e o

orgulho dos conquistadores, levaram os árabes a quererem desprezar os pagãos e a deixá-los viver submissos ou escravos, ou apresentar-lhes opções pouco plausíveis, entre a servidão compulsória, a conversão ou a morte pela espada.

Na região do Magreb mediterrâneo era intenso antes do fim do século VIII, o comércio triangular entre árabes instalados na Tunísia, povos da Sicília, e espanhóis. As trocas neste período deram base a consolidação cultural dessa região. Vale ressaltar, que a vertente árabe na região não escondeu-se dos choques e embates e já 670 pela força da guerra, o centro do islamismo Fatimida² (para não dizer Xiita) era instalado no Cairo, bem ao longe do litoral rumo ao interior, para fugir da força belicosa do império Bizantino .

No tocante a outros espaços, podemos dizer que a rota de expansão muçulmana seguiria dois caminhos, até 1500, venceria o Atlas passando pelo Saara tomando todo o Magreb em sentido sul, e na região ocidental, alcançaria os Camarões, limite meridional, graças aos povos nômades ou seminômades que praticavam o comércio livre (Hauçá, Peul etc.). Por razões pouco estudadas e que não cabe aqui discutir nesse exato momento era estabelecido uma estagnação no ímpeto expansionista islâmico. Não é justo, dizer que esta estagnação gerou recrudescimento no número de fiéis muçulmanos ou mesmo uma paralisação nas conversões, a dilata-

ção nesse período só muda a rota mantendo seu vigor agora na parte leste e Sudeste.

Cada zona de contato com outros povos, cada fronteira estabelecida, propõe ao movimento islâmico novos desafios. Podemos dizer que o islamismo no momento inicial, o de chagada, tolera amplamente as práticas sincretistas, anos se passam até que uma purificação e sua sequente cristalização seja sentida. Em algumas tribos, autoridades religiosas e até chefes de comunidades tradicionais misturam trechos do corão a práticas de magia e curandeirismo. Tudo isso atribui ao Islã um caráter fluido, perene nesse processo de introjeção cultural, resistindo firmemente até que consiga seu objetivo, transformar uma zona de contato em uma parte do mundo muçulmano. Nesse sentido pode-se afirmar que fronteira também é além da zona de choque e confronto, uma latente zona de aproximação e entrelaçamento.

Numa apresentação fortuita poder-se-ia afirmar que não é importante a momento, não pretendemos nos deter nisso, as diferenças nos aspectos dogmáticos e práticas religiosas estão claras nas obras de diversos autores ao apresentarem seu ponto de vista sobre o processo islamista e essa conversão, gerando práticas estranhas e diferentes em cada um dos locais. Porém todos são categóricos ao concordar que as diferenças geradas no islã regional, muitas vezes sincrético e disforme não enfraquece a religião, uma vez que:

² Nome dado em razão da filha do profeta Maomé

A- Aumenta-se os convertidos e isso por si já basta. Tal argumento colocado de chofre parece bastante impactante. Porém, se pensarmos numericamente um grupo religioso ganhando de maneira volumosa um contingente expressivo de fiéis seria o bastante se atrelado a esse fator não considerássemos outros crescimentos como o de câmbios comerciais, territórios ocupados e nações com profissão oficial de fé voltadas para um novo fazer cultural.

B- São Islâmicos, e ponto. (DEMANT, 2004 p. 345; LINHARES, 1981 p. 123). A multiplicidade de formas e fazeres muçulmanos percebidos em África entre os séculos VIII e XV fruto de outros tantos modos islamizadores não leva em consideração o sincretismo latente, todavia valoriza a essência da fé em cada um dos novos convertidos. A cobrança pela rigidez dogmática ou purificação das práticas caminham de encontro às gerações futuras.

Em vários casos analisados de expansão religiosa é impossível afirmar ou delimitar exatamente a unicidade cultural islâmica. Todavia, a vertente mais marcante em todos os processos de islamização é contínua expansão vertical, no sentido de mudança cultural, e horizontal pela área de abrangência sempre somativa e nunca

recrudescente dos espaços de contato, tudo isso primeiramente pelas práticas mercantis.

Mercado, Cultura e Espiritualidade

Cabe aqui um momento de intercâmbio entre velhas certezas e as novas referências por descobrir. As linhas de demarcação, física, política, cultural, ideológica, psicológica e espiritual, estão em pleno movimento; se prevalece a moeda ou a espada. Aparentemente, os árabes sabiam (diferente do colonizador europeu) que a queda de uma fronteira física não significa automaticamente a superação das barreiras psicológicas e culturais. Por isso, em muitos casos, o Islã se fez forte. Resistiu mesmo ao tráfico transcontinental chegando a América. Podemos aqui fazer uma segunda reflexão; se por um lado a violência marcou o regime de tráfico negreiro, ao mesmo tempo, construíram-se fronteiras difíceis de erguer-se fisicamente mas de uma eficácia social indubitável (ou não é este o sentido do discurso do choque das civilizações?) essa é a chamada a fronteira ideológica embasada numa pseudo cristalização identitária. Registramos aqui um contrasenso. Se o conceito de fronteiras culturais e/ou religiosas nos permite pensar em câmbios contínuos, não é possível conceber a dita cristalização.

Para rememorar somente tomando como base a influência islamizadora, e seu poder de aglutinação em torno de um ideal, pontuamos com a lembrança da revolta dos Malês no Brasil ou tantas outras insurreições pelo mundo. "Ou-

Todavia, quando a chegada européia se faz inevitável, a cultura islâmica resiste com mais força (e força nesse sentido não se trata de choque, mas sim de capacidade de resistência e adaptação) as características árabes são ressaltadas. Fato esse que coloca a administração, da colônia inglesa, a *indirect rule*⁴ (HOCHSCHILD, 1999), na Nigéria setentrional através dos chefes muçulmanos "assimilacionistas"⁵ (DEMANT, 2004 p. 204).. Nesse contexto, de maneira concomitante um reordenamento argumentativo se faz pertinente. As limitações tecnológicas europeias e a ausência de um mote para a questão, coloca diante da Europa uma África definida apenas como rota de passagem, aqui percebe-se principalmente pela urgência no comércio de especiarias com o oriente uma formação triangular aberta, sempre com pequenos entrepostos africanos que não chegavam a impactar nem modificar as estruturas vigentes.

Europa. Atlântico/Mediterrâneo ⇔

Cabo das Tormentas ⇔ Ásia

Fig. 2

⁴ Administração indireta.

⁵ Em um posicionamento assimilacionista as relações entre culturas, é patente que um determinado grupo cultural minoritário é assimilado, quando se torna semelhante ao grupo cultural dominante. Através de um processo de "deculturação" os membros pertencentes à cultura minoritária esquecem os traços da sua cultura de origem e, simultaneamente, adquirem os da cultura dominante, estratégia usada pelos islâmicos não só na Nigéria mas por toda zona de contato.

Porém, toda mudança no fluxo mercantil, e as mudanças organizacionais advindas deste, não se dá de imediato. Verdadeiramente no entanto, verifica-se que em muitos contatos apenas parte dos traços da cultura subordinada são eliminados em favor da cultura dominante. Um exemplo pertinente é a chegada dos franceses, a porções já dominadas pelos árabes⁶, impondo-se pela força das armas, não resistiram e acabaram por ver-se sorvidos cultural e economicamente. Isso pode ser constatado observando tanto os territórios dos marabouts, ou de outras localidades tradicionais islâmicas.

É sensato salientar, é que na década de 60 as condições econômicas, estruturais e os regimes em África, seguem a mesma rota dinâmica que qualquer regime do mundo. A reestruturação após o "abandono" europeu faz-se urgente. Porém, o sustentáculo estrutural, a recuperação e organização nos momentos de crise por nações islâmicas foi muito mais forte e eficaz. Ainda que atualmente persistam crises e múltiplas considerações –até religiosas– é fato que capacidade naquele momento de reorganização foi pioneira por parte de nações do Islã. Destaca-se, portanto o fator cultural e religioso como forma de penetrabilidade e integração. Contudo, o mais interessante é ampliar o foco, conceber que para que as fronteiras fossem abertas elas teriam que um dia teriam de estar fechadas o que claramente nunca ocorreu

⁶ Como é o caso do Senegal.

Em áreas muçulmanas nos períodos de oscilação econômica durante a adaptação pós-descolonização os migrantes foram incorporados com maior facilidade, mesmo que em áreas remotas ou atrasadas uma grande leva de profissionais foi absorvidas. Com efeito, ainda que não familiarizados com as técnicas e procedimentos mais avançados, levadas inteiras de muçulmanos foi incorporada ou despertavam o substrato animista ou feriam o orgulho dos africanos como descendentes dos impérios islamizados medievais. Ao encerrar-se a década dos anos de 1960, novas políticas migratórias irão frear este movimento, muito particularmente nos países "invadidos" (DEMANT, 2004 p. 206).

O islã escravista

O Islã e suas principais orientações, Xiita e Sunita, proíbem a escravização de muçulmanos, porém, de acordo com os preceitos das mesmas, ambas estão reunidas em torno de um "silêncio" quanto a escravização de não islâmicos. Fato que principalmente em torno da bacia mediterrânea, ponto de contato com o centro dessa cultura, a escravização potencializou guerras, conflitos e por que não o comércio. Fatores ou características físicas, e a cor da pele em particular, eram um mote importante na identificação e tipificação de pelo menos um grupo. Como por exemplo no Marrocos onde viviam os chamados ex-escravos (haratin, sing. hartani). Esse termo 'haratin' se referia a um grupo de pessoas que gozavam de um intermediário status social. Essa era uma classe

situada entre os escravos e homens livres que possuíam parcialmente sua liberdade podendo ser comercializados ou fruto de outros câmbios mercantis.

Ainda no século IX devido a exploração do ouro e sal no oeste, e produtos diversos a leste (como marfim, pedras preciosas e madeira), a servidão tornou-se ainda mais lucrativa. A ampliação geográfica islâmica ganhou novo impulso, necessitando, lógico, de mais mão de obra e proteção, para tanto mais escravos eram "recrutados", tal expansão em sua grande maioria berbere, ganhou o Egito de sul a leste, chegando ao Sudão. Batalhas sangrentas foram travadas para obter o controle das minas de ouro do Sudão, sempre com a dispensável mão de obra negra servil. O Mesmo movimento era percebido no baixo Magreb sempre em sentido oeste e sul. (KI-ZERBO, 1982, p. 130). Por todos os espaços africanos o tráfico de escravos – escravos que eram utilizados em sua maior parte no serviço doméstico ou como soldados – acontecia como algo comum em qualquer empreitada econômica. (DAVIDSON, 1992).

Apesar das dificuldades logísticas e de se atravessar os deserto ou as florestas (como no caso do congo), muitas caravanas de muçulmanos cruzavam o Saara de leste para oeste para comerciarem escravos, sal, cavalos e metais (ouro e cobre) com as populações negras. Os berberes também compravam dos negros marfim, peles de animais, plumas de avestruz e sementes de cola

(com cafeína); em troca, traziam cobre, espadas decoradas de Damasco, louças e talheres finos.

Seja partindo da Etiópia, Egito ou do Magreb, os viajantes islâmicos utilizavam quatro rotas conhecidas através do deserto para chegar a quatro importantes pontos de comércio ao sul. O contato com europeus que fluía naturalmente foi estremecido (nunca cessado) pela ganância escravista. Expandidas as rotas por terra era a vez de se encarar o mar.

No século XVIII período ápice escravista da ‘Euráfrica’ pela ‘Euramérica’, ampliam-se o número de muçulmanos em solo americano. Insisto que um ponto importante na servidão mercantil, é que a mesma já existia desde sempre, tanto por parte dos primeiros habitantes da África, quanto por parte dos árabes que por lá chegaram. Tais práticas transcenderam a chegada do europeu, e permaneceram nesse continente mesmo após a assinatura dos inúmeros tratados contra a escravização. No livro “O fantasma do rei Leopoldo” (HOCHSCHILD, 1999) obra que caracteriza os desmandos do rei belga na parte central africana, fica claro que por volta de 1890 foi a escravização crescente de negros, por negros árabes, principalmente no Congo, Egito e costa leste deste continente, que possibilitou o aprofundamento da exploração colonial e da ampliação da servidão. Na Europa a indignação sobre o tráfico “árabe” de escravos crescia, e Leopoldo teve a chance de outra vez mostrar sua ação “humanitária” no Congo. Leopoldo foi

escolhido para realizar a Conferência antiescravocrata das grandes potências, e durante oito meses foram realizados vários encontros, a começar em novembro de 1889 (HOCHSCHILD, 1999).

Fronteiras, uma nova questão

Com a colonização europeia e sequente mudança de estratégia exploratória a partir de 1960, e o surgimento de novos estados, a feição escravocrata não se modifica, pelo contrário, as guerras acirram as desigualdades compelindo o tráfico humano. Michel Foucher (2005) estudou a “horogênese”⁷ dos Estados atuais, e comprovou que uma importante proporção da longitude total das fronteiras é consequência direta das guerras. Na América Latina, por exemplo, chega à conclusão de que essas fronteiras constituem o 27% do total (FOUCHER, 2005), às que também se poderiam adicionar algumas das fronteiras inter-imperiais e impostas que ele não considera fruto direto das guerras. O fim das guerras era o momento de traçar o novo campo de forças dos Estados, ainda que isto não constitua uma norma geral; por exemplo, a Primeira Guerra Mundial levou a re-delinear drasticamente a

⁷ FOUCHER (2005, p. 15), ao procurar conceituar as *diádes* fronteiriças do mundo contemporâneo, emprega a expressão *horogênese* de maneira inusitada e atual, para designar o processo de formação das linhas limítrofes dos países. Horogênese, para ele, viria do termo grego *horoi*, horizonte, que, para os falantes da língua do Lácio, seria conceituada como os limites políticos do território da cidade.” Ele utiliza (2005, p.49) o termo horogênese para aludir à gênese das fronteiras de um Estado.

maioria das fronteiras da Europa continental: por um lado, o território seguia sendo botim de guerra, e, por outro, considerava-se que a criação de novas configurações territoriais mais ajustadas à distribuição dos povos resolveria a chamada questão étnica.

No entanto, produziu-se uma importante mudança em relação com a horogênese derivada de uma guerra depois da Segunda Guerra Mundial. A maioria das novas fronteiras desde finais dos 1940 até finais dos 1970, nas antigas colônias européias, ou nos 1990, na Europa Oriental e a antiga União Soviética, não reconhecem nenhum “prêmio” de guerra e se ajustam às delimitações das antigas unidades político-administrativas. Isto se relaciona com a ascensão do princípio de integridade territorial dos Estados, que se poderia interpretar também como um segundo deslocamento —depois do primeiro que supôs a substituição da lealdade ao rei pela lealdade ao território— em virtude do que o território é substituído pelo “mapa” de dito território. Para além do modelo de administração, a adoção do princípio de integridade territorial (*uti possidetis juris*) adotado pela OUA implicou que os Estados surgidos do processo de descolonização herdassem, quase sempre, os limites territoriais do período colonial. Assim, a garantia de imutabilidade das fronteiras resultou, e ainda implica, em graves problemas de legitimidade e estabilidade. Chama a atenção o fato de que, entre 1960 e 1985, apenas 13% dos traçados

coloniais chegarem a ser debatidos pelos Estados que se tornaram independentes (Foucher, 2005).

Os acordos pós-coloniais são muito pouco numerosos. Daí decorre que essas fronteiras permanecerem, na grande maioria (87%) herdadas e, nesse sentido, são ainda poucos “africanas”: essa propriedade não designa apenas os traçados geográficos ou a sua origem, mas também o seu estatuto. É por isso que a fórmula “fronteiras herdadas da colonização” não remete apenas a um fato histórico evidente ou a uma constatação estabelecida com fins mais ou menos críticos ou explicativos, mas também e, sobretudo, a um princípio de legitimidade. Como resultado de todo esse processo de estilhaçamento étnico, o continente africano em seu conjunto apresenta 44% de suas fronteiras apoiadas em meridianos e paralelos; 30% por linhas retas e arqueadas, e apenas 26% se referem a limites naturais que geralmente coincidem com os de locais de habitação dos grupos étnicos. Contraditoriamente, a luta pela libertação contra o dominador extra-africano acabou por reconhecer a necessidade de manutenção dos limites deixados pelo colonizador, pois sua modificação implicaria transtornos ainda maiores. Essas fronteiras, ainda que “artificiais”, tornaram-se “sagradas” (FOUCHER, 2005, p. 167).

Considerações finais

Ainda nos últimos anos do século X, quando o califa egípcio Aziz foi compelido a bancar a educação de parte dos jovens estudantes

na mesquita de el-Azhar é um exemplo dessas marcas de readequação dos rumos históricos. Era então, por parte do Califa, o início da educação pública naquele continente que além da teologia Xiita, também eram ministradas disciplinas como Medicina, Matemática e Astronomia. Tudo isso claro sem abdicar das práticas comerciais. Sem o intuito de fechar a questão dos impactos econômicos no território africano, pela ampliação de fronteiras, há de se pensar sobre a contribuição deste contato no território. Apresentadas as características de penetrabilidade islâmica e seus impactos diretos e indiretos, ressaltamos que é possível aferir e também explicitar as consequências dessa da incursão árabe na África passando ao largo das questões étnicas. Outros fatores não menos econômicos ou irrelevantes foram postos de lado nessa escrita, como o fato de no século X, quando o Egito muçulmano já era considerado o centro geográfico do mundo árabe, possuir no Cairo uma das maiores bibliotecas do mundo. Por conseguinte, ressaltamos também que o mundo muçulmano a partir da Idade Média estimulou muito a educação e o estudo das letras (para os meninos). A história africana em grande medida se entrelaça ao Islão, pois o mesmo dinamizava e pluralizava o saber.

A questão da fronteira é nesse sentido uma via de observação pertinente por permitir ser transpassada por dois dos grandes veículos de comunicação multirracial, a economia e a religião. Qual outro grupo associou em outro conti-

nente ambos os fatores de forma tão abrangente profunda e clara? Esses elementos são antes de tudo fatores de coesão. No caso dos atores econômicos, este suplantam ou são suplantados pela religião dentro das arenas de ação, mas em nenhum caso os dois fatores (financeiro e divino) atuando unidos foram rechaçados por qualquer outra força, seja ela física, intelectual ou mesmo o transcurso do tempo. E novamente é passivo de entendimento duas fortes vias de penetrabilidade social ou de transposição fronteiriça; a fluidez econômica e o fascínio da religião.

Referências

- BADIE, Bertrand. O fim dos territórios; ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- BADIE, Bertrand. Um mundo sem soberania; os Estados entre o artifício e a responsabilidade. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- BONIFACE, Pascal; VÉDRINE, Hubert. Atlas do mundo global. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- BRUNSCHWIG, Henri. A partilha da África Negra. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- CHALIAND, Gerard. A Luta pela África: a estratégia das potências. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DAVIDSON, Basil. "Os Impérios Africanos". In: História em Revista (1300-1400). A Era da Calamidade. Rio de Janeiro: Abril Livros / Time-Life, 1992, p. 142-165. - See more at: <http://www.ricardocosta.com/artigo/expansao-arabe-na-africa-e-os-imperios-negros-de-gana-mali-e-songai-secs-vii-xvi#sthash.BOOJDkZw.dpuf>
- DEMANT, Peter. O mundo muçulmano. São Paulo: Contexto, 2004.
- DÖPCKE, Wolfgang. "A vinda longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra." In Revista Brasileira de Política Internacional, 42 (1): 77-109, 1999.
- FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Editora da UFJF, 2002.
- FERRO, Marc. História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FOUCHER, Michel. Fronts et frontières; un tour du monde géopolitique. Nouvelle édition entièrement refondue. Paris: Fayard, 2005.

GONIDEC, Pierre-François. Relations internationales africaines. Paris: L.G.D.J., 2005.

GRINBERG, Keila. O mundo árabe e as guerras árabe-israelenses. In: REIS FILHO, Daniel A. (org.) O Século XX. Vol. III. O tempo das dúvidas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Hatier, 1997.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Filosofia da História. Brasília: Ed. da UnB, 1995. p. 88.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HOCHSCHILD, Adam. O fantasma do Rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

HOURLANI, Albert. Uma história dos povos árabes. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ILIFFE, John. Os africanos: história de um continente. Lisboa: Editora Terramar, 1995.

KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra. Lisboa: Europa América, 1982, vol. I.

LACOSTE, Yves. Geopolítica do Mediterrâneo. Lisboa, Edições 70, 2008.

LACOSTE, Yves. Ibn Khaldun - Nascimento da História, Passado do Terceiro Mundo. São Paulo: Ática, 1991.

MOSSOULIÉ, François. Os conflitos do Oriente Médio. São Paulo: Editora Ática, 1996.

MEDDEB, Abdelwahab. A doença do Islã. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MIQUEL, André O Islame e a Sua Civilização. Lisboa: Edições Cosmos, 1971

NIANE, Djibril Tamsir História Geral da África. Paris: UNESCO, 1982.

POUTIGNAT, Phillippe. Teorias da Etnicidade. Seguidos de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth/ Filete Poutignat, Joceline Streiff-fenart. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

READER, John. África; biografia de um continente. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2002.

SAID, Edward. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. Memória D'África: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Edílson Adão Cândido da. Oriente Médio: a gênese das fronteiras. São Paulo: Zouk, 2003.

SMITH, Dan. O Atlas do Oriente Médio. SP, PubliFolha, 2008.

THORNTON, John. África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico (1400-1800). Rio de Janeiro: Campus, 2004.